

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.936 - MG (2019/0265921-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : JOAQUIM JOSÉ MARTINS BORGES
ADVOGADO : PAULO EMÍLIO DERENUSSON - MG087526
AGRAVADO : SANDRA RAMOS MAGALHÃES
ADVOGADOS : DANÚBIA SOUTO DE FARIA COSTA - DF029843
ALEXANDRE AUGUSTO RAMOS MAGALHÃES FERREIRA - MG107231
AGRAVADO : COMPANHIA TÊXTIL TRIÂNGULO MINEIRO LTDA
ADVOGADOS : EDIO NAVARRO MAGALHÃES JUNIOR - MG042964
CARLOS ALBERTO MARTINS VIEIRA - MG057015
ANDRE GONCALVES DE OLIVEIRA - MG055431

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se agravo interposto pela Fazenda Nacional às e-STJ, fls. 827-829, contra decisão do TRF da 1ª Região que não admitiu o recurso especial com base no óbice da Súmula 7 do STJ e no art. 1.030, I, "b", do CPC/2015 (e-STJ, fls. 811-812).

É o relatório.

Observa-se que a insurgente interpôs dois agravos em recurso especial, o primeiro em 20/8/2018 (e-STJ, fls. 821-826) e o segundo, ora em análise, em 26/10/2018 (e-STJ, fls. 827-829), impugnando mais de uma vez a decisão que inadmitiu o recurso especial.

Tendo em vista o princípio da unirrecorribilidade das decisões judiciais e a ocorrência da preclusão consumativa, os quais impedem que contra uma única decisão seja manejado pela mesma parte mais de um recurso, não se pode conhecer do presente recurso.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

1. Interpostos dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, não se conhece daquele apresentado em segundo lugar, por força do princípio da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa.

2. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no AREsp 191.042/RS, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/6/2014, DJe 25/6/2014)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGUNDO RECURSO INTERPOSTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRINCÍPIO DA

Superior Tribunal de Justiça

UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

I. Com a interposição de dois recursos de Agravo Regimental, pela mesma parte, contra a mesma decisão, o primeiro, já submetido à julgamento colegiado, não merece ser conhecido o segundo recurso, em face da preclusão consumativa e do princípio da unicidade ou irrecorribilidade recursal, que proíbe a interposição simultânea de recursos, contra a mesma decisão judicial, pela mesma parte.

II. Agravo Regimental não conhecido.

(AgRg no AREsp 17.049/DF, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 8/10/2013, DJe 15/4/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INTUITO MERAMENTE MODIFICATIVO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. NÃO CABIMENTO DOS ACLARATÓRIOS.

1. Conforme a jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte, a interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão impede o conhecimento do segundo recurso interposto, haja vista a preclusão consumativa e a observância ao princípio da unirrecorribilidade das decisões. Precedentes.

[...]

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

(EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.087.140/TO, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 4/10/2011)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial interposto às fls. 827-829 (e-STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator